



Racismo Estrutural e Liberdade Cimentada¹

Ana Izabel Nascimento SOUZA²

Percy Daniel Arce SANTOS³

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

Resumo

“Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil” anuncia o nosso Hino de Independência. Mas que liberdade é esta cujas asas estão cimentadas de racismo estrutural? A essa concretude, duas questões se impõem: a noção de herança parasitária e o reforço dessa herança como uma perigosa história única. A estrutura social vigente no país perpetua desigualdades desde sua formação. Este trabalho tem por objetivo dissertar sobre essas questões que cimentam a liberdade da população negra no Brasil. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo, que viabiliza, empiricamente, a comparação entre códigos semânticos diversos, exemplificados pela História, Música e Literatura. Articulam-se, assim, as ideias de referenciais negros do âmbito acadêmico-cultural africano e afro-brasileiros. O suporte argumentativo se tece com a teoria do parasitismo social do sergipano Manoel Bomfim, a poesia de Luciene Nascimento e a reflexão de história da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Para fragmentar a concretude do racismo e a liberdade alçar seu voo, é preciso conhecimento sobre a estrutura do parasitismo. A chave proposta é o reforço à educação e ampliação de uma leitura diversificada do cotidiano, no intuito de um movimento de “refazendas e refavelas”, baseada nestes neologismos de Gilberto Gil de revisitar nossa colonialidade e ancestralidade. A reescrita e apropriação históricas como antídotos ao parasitismo e à história unidirecional.

Palavras-chave: racismo estrutural, parasitismo, liberdade.

Introdução

Já podeis, da Pátria filhos
Ver contente a mãe gentil
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil

Brava gente brasileira!
Longe vá... temor servil:
Ou ficar a pátria livre
Ou morrer pelo Brasil.

² Trabalho apresentado no GT 07 – ÁFRICA: Um continente em constantes transformações e seus reflexos na sociedade do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Graduanda em Medicina pela UFS, e-mail: ana.izabelnsouza@gmail.com

³ Mestre em Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFS, e-mail: darcesantos@gmail.com



Os grilhões que nos forjava

Da perfídia astuto ardil...

Houve mão mais poderosa:

Zombou deles o Brasil.

(...)

(VEIGA, E. 1822, grifo da autora).

Há quase dois séculos anunciavam a independência a este solo ardente. A liberdade no horizonte. Mas que liberdade é esta cujas asas estão cimentadas de racismo estrutural? A estrutura social vigente no país perpetua desigualdades desde sua formação.

Não há possibilidade de voo pleno para 55,8% da população não-branca (pretos e pardos) no país, enquanto os grilhões históricos não forem, de fato, extirpados. E, enquanto a única curva de ascensão permitida seja a do homicídio do corpo negro (IBGE, 2018; 2019; IPEA, 2020).

A perspectiva deste trabalho se enquadra na associação de que os problemas atuais são oriundos de uma história colonial exploratória – na qual a escravização de povos foi a base socioeconômica (LOPEZ, 2020).

Como uma tessitura afro-brasileira, esta concretude que o racismo impõe será analisada, principalmente, pelas questões da herança parasitária, presente no texto do sergipano Manoel Bomfim, e no reforço desta herança com uma perigosa história única, a partir das reflexões da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Através do conhecimento estrutural do parasitismo e da leitura diversificada – referenciada, prioritariamente em autores negros – é possível pavimentar uma história plural e libertária.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo através da Análise de Conteúdo orientado pelos escritos de Manoel Bomfim no seu livro “América Latina: males da origem” (1904) e o discurso de Chimamanda Ngozi Adichie intitulado “O perigo de uma história única” (2009).

A análise permite englobar a perspectiva histórica aos aspectos comunicacionais presentes “em diferentes fontes de dados” a fim de um “desvendar crítico” (SANTOS, 2012, p. 383). Assim, este método empírico que permite o olhar multicultural é definido por



Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. (...) Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem (BARDIN, 2016, p. 15).

Racismo estrutural

A argamassa do racismo é composta pelas desigualdades política, econômica e jurídica. Fruto de processos políticos e históricos singulares a cada sociedade (ALMEIDA, 2018). Partindo do processo histórico, o racismo estrutural no Brasil se constitui um subproduto da colonização europeia, predominante, portuguesa.

Tal pensamento é, ostensivamente, descrito por Manoel José Bomfim (1868-1932), aracajuano de nascença, médico de formação e educador por vocação. Este soube articular o que estudou na Academia à interpretação dos nossos males desde a origem (SANTOS; CAIRO, 2009).

A originalidade e o pioneirismo de sua crítica foram ressaltados pelo antropólogo Darcy Ribeiro no prefácio de “América Latina: males da origem” (MELO, 2019). Neste livro, Bomfim dá seu diagnóstico e o respectivo tratamento para a inferioridade racial que põe em xeque. A América Latina padece do mal do parasitismo social, condição oriunda da colonização espoliativa (BOMFIM, 2005).

Do parasitismo social

A visão histórico-social de transição – entre os séculos XIX e XX – de Bomfim apresenta importantes contribuições para o contemporâneo. Trata-se de uma referência que merece destaque multidisciplinar na Academia.

Antecipando reflexões de inúmeros antropólogos e sociólogos brasileiros, Bomfim se opôs, veementemente, aos conceitos de eugenia, degenerescência e darwinismo social que categorizam – grosso modo – os seres em superiores e inferiores por características “geobiológicas”. Assim, como apontam Costa e Martins (2019), a ciência culpava o povo por seus males, estes oriundos da miscigenação.

Manoel Bomfim, entretanto, coloca a construção dos Estados latino-americanos pautada no modelo da colonização depredadora - voltada a contínua



manutenção de seus grupos privilegiados e exploradores - como a fonte desse mal-estar civilizatório. Nessa anamnese social do atraso constitucional brasileiro, “a cura depende, em grande parte” de se reportar ao passado e combatê-lo (BOMFIM, 2005, p.39).

O parasitismo ocorre quando um “ser se beneficia de outro provocando prejuízos” neste (SANTOS, 2019, p.75). Aplicando a formação nacional, a colonização europeia baseada na escravização de populações ameríndias e africanas é um exemplo análogo de parasitismo biológico aplicado ao social. Vale ressaltar que:

(...) é porque a rapacidade, a exploração das classes superiores é tão feroz e bárbara que vem a matar de fome e de cansaço – de miséria, em suma – a classe parasitada, ao mesmo tempo que a tirania e o autoritarismo a mantém na ignorância e abjeção primitivas (BOMFIM, 2005, p. 137).

O corpo colonizador se aprimorou nas conquistas espoliativas de territórios. Drenavam suas riquezas e partiam para a próxima conquista, deixando como herança estruturas degeneradas. Assim, após a independência das colônias, as características como a sociedade embrutecida, violenta, faminta e descrente na política permaneceram como norteadoras das sociedades latino-americanas, em destaque, o Brasil (BILAC; BOMFIM, 2000).

Antes, havia o controle da elite portuguesa, agora a elite brasileira dá a continuidade ao Estado insipiente e parasitário. A sociedade conservadora, racista e elitista que temos é uma continuidade de um modelo colonial (SANTOS, 2017). Exemplificado na perspectiva econômica agroexportadora, sem preocupação com subsídios aos pequenos produtores, proteção e abastecimento do mercado interno - agravada durante a vigência da pandemia de Sars-Cov-2.

Entre a Sergipanidade e a Baianidade

Cabe destaque também para encontro de contemporaneidades e de multiplicidade do pensamento de cientistas negros e nordestinos em um contexto de transformações históricas e políticas que ainda reverberam.

Juliano Moreira (1873-1933) – soteropolitano e pai da Psiquiatria brasileira – também discordava do conceito de miscigenação como causa da degeneração do país (ODA; DALGALARRONDO, 2000; VENANCIO, 2004). Enquanto historiador



comparou que Portugal e Brasil não fomentavam as ambições científicas porque não se dispunham a tal investimento (JACOBINA, 2019).

A intersecção destes pensadores - aqui estabelecida por fruto da casualidade acadêmica e literária – se dá através da concepção crítica da sociedade de um “passado-presente” e a relevância dos problemas sociais atuais. Durante o discurso de posse como professor substituto na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1896, Moreira faz importantes considerações

(...) este pedaço de terra virgem onde mais que qualquer outra parte deu-se em amplíssima escala a mescla de gentes diversas, onde mais que qualquer outra parte deu-se em amplíssima escala a mescla de gentes diversas, onde a inépcia portuguesa cladeou a lia de seus presídios fornecendo-lhe para alliagem levas de africanos roubado as varias partes do continente negro.

A quem se arreceie de que a pigmentação seja nuvem capaz de marear o brilho desta Faculdade.

(...) A incúria e o desmazelo que petrificam, a hypocrisia, a baixeza e a desfaçatez que desmoralizam, sim dão àquela massa humana aquele outro negror que a torna incapaz de fornecer radiações. A contínua genuflexão é que atrophia os músculos com que marchamos e aqueles com que conservamos erecta nossa espinha; a hombridade combalida, esta é que nulifica a vontade, mantém os colllapsos da consciência, torna dobradiça a têmpera do caráter, eterniza a genuflexão moral (JACOBINA, 2019, p. 103-104).

A teoria da degenerescência em vigor na época – transição do Brasil Império para o republicano - de Bomfim e Moreira foi um elemento de destaque em suas reflexões médico-sociais. A exemplo de Moreira, em seu recorte de saúde, que associava a sífilis e o alcoolismo a uma predisposição hereditária, mas refutava que a miscigenação da população fosse causa de degeneração social.

Bomfim, por sua vez, em escala maior atribuía a questão da degeneração ao reconhecer que

(...) É triste, é vergonhoso, quase, que, após 400 anos de existência, ao fim de século de vida autônoma, a civilização não seja para os americanos do Sul mais que um fardo a esmagá-lo, fonte de dores e de lutas sangrentas; e que o progresso não passe de aspiração mal definida, grito pomposo na retórica estafada (BOMFIM, 2005, p. 359).

Assim como Juliano Moreira se debruça na ciência como fonte de progresso nacional, Bomfim (2005, p. 360) reconhece o anacronismo, mas ainda assim reforça a “apologia da instrução”. A retomada destes pensadores se faz oportuna, pois utilizam dos paradigmas de seu tempo para criticar um passado-presente, além de



estabelecer um prognóstico semelhante caso as estruturas sociais não sejam revistas (GONTIJO, 2003).

A liberdade cimentada

Pense em paredes de uma residência.
Tijolos formam a estrutura.
Com o concreto e a arquitetura
ganha formato e aparência.
Sociedade é construção
e o racismo é o cimento:
componente estrutural
formador fundamental
do interior e do acabamento
(NASCIMENTO, L., 2017)

O parasitismo social cimenta a liberdade negra, secularmente, no Brasil. A analogia se faz clara com a noção de uma construção aprimorada presente no excerto acima da advogada Luciene Nascimento.

A essa impossibilidade de liberdade, pode-se atribuir também o nome de Síndrome da Exclusão Social difundida por Lombardi (2010) como um fenômeno histórico-cultural excludente que produz pobreza, miséria e impactos biopsicossociais em todos os períodos da vida humana.

A exclusão social no país – nas dimensões laboral, sociofamiliar e política – é fruto de sua história colonial. O processo abolicionista nacional orientou-se de forma a inviabilizar a progressão social afro-brasileira ao arquivar propostas como doação de terras ou indenização para os ex-escravos (LOMBARDI, 2010).

O fosso social se ampliou com a concentração de renda e a marginalização da maior parte da população. Politicamente, isto se apresenta como uma continuidade das estruturas dominantes e conservadores limitantes da realização plena da condição humana (SCOREL, 1993).

As elites que comandaram os processos políticos no país – da Independência à República – capacitaram as massas oprimidas para a inadaptação ao mundo moderno. A síndrome da exclusão social se conjuga com a ideia de que as “precondições sociais de todas as classes” no Brasil são heterogêneas (SOUZA, 2017, p. 89).

O acesso aos capitais – econômico, cultural e social das relações pessoais – opera a divisão e as precondições de classes no país. Segundo Souza (2017, p. 95),



“abaixo da elite econômica, a grande luta é, na verdade, por acesso ao capital cultural”. Essa busca do conhecimento de valor favorece a classe média brasileira que se esforça em tomar como algo exclusivo de si e que a distingue tanto da classe abastada quanto da dita camada popular.

Já as classes mais baixas se tornam fruto da ausência de um investimento histórico-afetivo, que se traduz em uma maior tendência à fragilidade sociofamiliar; da falta do conhecimento valorizado e da pobreza pactuada pela elite econômica e a “elite intelectual”. Cabe aqui um comentário sobre o papel do ensino como (re)produtor de ideias dominantes e de um “apartheid de classes” sob a lógica de separação de serviços de classe média e de classe pobre (SOUZA, 2017, p. 143).

Essa monopolização do capital cultural ainda produz uma violenta ideia de que a educação superior não cabe às camadas mais baixas. O discurso “academicista” ainda vigente, exemplificado em ações como “*blackfaces*” e fraudes em cotas raciais, afasta a possibilidade de justiça social mediante a ampla difusão do conhecimento.

O pensamento de Souza (2017, p. 151) dialoga com Bomfim ao ressaltar que “o passado que nos domina” é o do escravismo e os estamentos superiores deste passado-presente não permitem o exercício civil livre de grupos sociais, factualmente, excluídos.

A História Única

No célebre discurso intitulado “O perigo de uma história única” - que, posteriormente se tornou livro – a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009) destaca que “é impossível falar sobre única história sem falar de poder”. Há espaço para refletir sobre a história de poder e das representações sociais no Brasil. Desde a questão parasitária utilizada como argumento principal deste trabalho até a questão do “*Black is king*”.

O ser humano *per si* não nasce escravo, mas é subjugado a lei de ventres não livres – sejam estes migrantes, indígenas ou afrodescendentes. Persiste a percepção de uma descendência povos escravos e o equívoco discurso de influência e ajuda destas populações na sociedade – destoando da concretude constitutiva de nossas castas brasileiras e da acepção correta de grupos sociais escravizados, migrados involuntariamente, pois:



Os escravos africanos e seus descendentes crioulos e mestiços influenciaram em profundidade a formação cultural do País, desde a época em que este era América portuguesa. Raros serão os aspectos de nossa cultura que não tenham sido moldados com a ajuda da mão e da inteligência africanas e afro-brasileiras (REIS, 2007, p. 90).

A população negra que padece dos ditames da elite insipiente não deve ser compreendida - na perspectiva biográfica – nem do ponto de vista de uma ancestralidade escrava tampouco de uma realeza. Aqui, o “*black is not necessarily king*”, uma vez que categorizar sob a ótica dos extremos não irá alterar a estrutura cimentada. Trata-se de coletar escritos e oralidades não para substituir o que foi feito, mas no sentido de ampliar a compreensão e alterar realidades dialeticamente, sendo que:

Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade perdida (ADICHIE, 2009, p. 18).

Herança necropolítica

Manoel Bomfim chama a atenção para o decaimento e a extinção a que tende a classe parasita o que faz lembrar o premiado filme *Parasita* (2019) e a perpetuação da dominação de grupos sociais majoritários. Essa perpetuação reflete um aprimoramento tecnológico social que se alinha aos estudos sobre Necropolítica do filósofo camaronês Achille Mbembe.

A partir da lógica foucaultiana de biopoder, o racismo - enquanto “cesura biológica” entre grupos humanos - sempre foi uma constante no pensamento político ocidental cuja função “é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2016, p.128). A escravidão é tida como umas das primeiras formas de biopolítica orientada pelas teorias do século XIX que Moreira e Bomfim criticavam. Essa assimetria excludente da sociedade se reformula em grilhões contemporâneos determinando categorias de indivíduos socialmente válidos ou não, pois:

Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas. Como já vimos, o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais tardo-modernos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade (MBEMBE, 2016, p. 146).



A estrutura social brasileira orientou-se pela perspectiva econômica parasitária e se mantém sob o viés da necropolítica que impossibilita o caminhar livre dos estratos sociais mais baixos (Figuras 1 e 2). Os exemplos são profícuos, desde a precarização dos serviços públicos até a favela e assentamentos migrantes como senzalas modernas (SOUZA, 2019).

Figura 1- Representação do Navio Negreiro



Fonte: Acervo pessoal em visita ao Museu Náutico da Bahia, 2018.

Figura 2 – A pixação que fala



Fonte: Acervo pessoal em visita à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 2018.

Essa herança também reflete um *status* psíquico, defendida pela psiquiatra Neusa Santos Souza (1983), de um eu negro - parasitado pelo racismo – que tem por ideal embranquecer, portanto, extinguir-se. Uma estrutura que poderia ser



intitulada “*urbi et mens*” – ou seja, um aprisionamento urbano, cívico e mental do corpo negro.

Segundo Souza (1983, p. 77) a quebra estrutural deve advir de “tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração”.

O Desfacelar da Nefasta Concretude

Essa estrutura cimentada implica no desmonte de bens e serviços públicos – os quais a maioria da população depende – e inviabiliza a liberdade e a independência proclamadas com tanto afincio desde 1822.

A democracia passa a ser um projeto inacabado, um horizonte fulgurante porvir (STEVANIM, 2019) e como alicerce de um legítimo governo do povo, a reivindicação ininterrupta dos espaços é a ordem de cada dia.

A história única e o parasitismo social se desfazem quando os seres espoliados revisitam a si próprios, tal como Gilberto Gil em sua trilogia discográfica do “Re” (Refazenda, Refavela e Realce). Um prefixo potente que instrumentaliza o olhar sobre a história que nos forma (CANAL BRASIL, 2018).

Em Refazenda (1975), Gil resgata o solo sertanejo e nos convida a refazermos tudo. Anos depois - influenciado pelo festival musical que participou em Lagos, Nigéria (FESTAC, 1977) – nos apresenta a possibilidade do diálogo internacional de sua Refavela (1977).

Gil alerta para as tentativas de salto do povo negro e da importância de compreendermos que o “aqui e agora” é fruto de um tempo que precisa ser reescrito e apropriado pela força dos espoliados (REFAVELA, 1977). Uma leitura musical que dialoga, por exemplo, com a ótica orwelliana de que tudo residiria na força proletária – embora o sistema a ponha inerte propositadamente (ALCANTARA; IVANO, 2011).

Para fragmentar a concretude do racismo e a liberdade alçar seu voo, é preciso conhecimento sobre a estrutura do parasitismo. A chave proposta é o reforço à educação e ampliação de uma leitura diversificada do cotidiano, no intuito de um movimento de “refazendas e refavelas”, baseada nestes neologismos de Gilberto Gil de visitar nossa colonialidade e ancestralidade.

Um exemplo de revisão e reforço, no âmbito da educação, é o olhar crítico da Academia diante da manutenção de estruturas sociais excludentes. Em seu estudo sobre “Universidade Operacional”, Chauí (1999, p. 6) nos alerta que a Academia



enquanto “instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa” e a sua universalidade deve orientar-se na resposta às contradições sociais.

A produção acadêmica, a exemplo desta, visa compor a tríade ensino-pesquisa-extensão e deve destoar da operacionalidade e sua lógica de prestação de serviços (CHAUÍ, 2016). O conhecimento acadêmico deve ser instância que propicia a quebra da concretude e promove uma “ação civilizatória contra a barbárie social e política” (CHAUÍ, 1999, p. 8).

Considerações finais

Este trabalho se propôs a interseccionar em um percurso afro-brasileiro sobre a temática do racismo estrutural e como ele inviabiliza, principalmente, o exercício de cidadania da população negra no Brasil. O enquadramento histórico permite o olhar análogo de uma arquitetura muito bem elaborada que não permite o voo pleno de grupos sociais, historicamente, segregados.

Não pode se intitular livre, uma nação que reproduz um viés histórico e não o revisa. O abismo social se amplia e a herança necropolítica se refastela. Tal como cita Manoel Bomfim é anacrônico citar a instrução com o caminho, porém é necessário.

Os exemplos da síndrome exclusão social são profusos, desde a inexistência do direito à terra, à saúde, aos direitos trabalhistas; e, de forma particular, o direito à educação crítica e libertadora. Face ao contexto pandêmico que soma desigualdades sociais e digitais, é preciso pensar que gnose é produzida e propagada para a edificação social autônoma.

E, nesse intuito, utilizar elementos advindos da cultura vem a calhar – tal como o alumbramento presente nos discos de Gilberto Gil. Eis o convite de reescrita e apropriação históricas como antídotos ao parasitismo e à história unidirecional.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

ALCANTARA, L. R.; IVANO, R. Totalitarismo e Literatura: A Distopia de George Orwell em 1984. **Terra e Cultura**, n. 53, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistatest/article/view/234>. Acesso em: 16 out. 2020.



ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BILAC, O. B. M. G.; BOMFIM, M. J. **Através do Brasil: pratica da língua portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOMFIM, M. J. **América Latina: males de origem.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

CANAL BRASIL. **Gilberto Gil e a Trilogia Re (Realce, Refavela e Refazenda) - O Som do Vinil com Charles Gavin.** Brasil: Canal Brasil, 2018. 1 vídeo (50 min 46 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K3d_9TkZkcU. Acesso em: 08 out. 2020.

CHAUÍ, M. S. A Universidade Operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063/1058>. Acesso em: 15 out. 2020.

CHAUÍ, M. S. **Universidade operacional ou a servidão voluntária.** Conferência de Abertura da 3ª Semana Acadêmico-Cultural da Universidade Federal de Sergipe (3ª SEMAC). São Cristóvão, 2016. Disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/20760>. Acesso em: 15 out. 2020.

SCOREL, S. Exclusão social: Fenômeno totalitário na democracia brasileira. **Saúde soc.** São Paulo, v. 2, n. 1, p. 41-57, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v2n1/05.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

FESTAC '77 - Lagos Festival. Direção de Philip Gaunt. Lagos: UNESCO TV; Nigerian National Broadcasting Commission, 1977. 1 Documentário (26 min.) Disponível em: <http://www.unesco.org/archives/multimedia/document-29>. Acesso em: 16 out. 2020.

GONTIJO, R. Manoel Bomfim: "pensador da história" na Primeira República. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 dez. 2019.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/82292>. Acesso em: 05 out. 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

IPEA. **Atlas da Violência 2020 - Principais resultados.** 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados>. Acesso em: 05 out. 2020.

JACOBINA, R. R. **Juliano Moreira: da Bahia para o mundo a formação baiana do intelectual de múltiplos talentos (1872-1902).** Salvador: EDUFBA, 2019.

LOMBARDI, A. B. **A síndrome da exclusão social: As origens, os fatores de risco, os múltiplos sintomas biopsicosociais ao longo dos períodos do ciclo de vida e os**



fatores perpetuadores. 2010. 339f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECJS-856HYS/1/ant_nio_benedito_lombardi.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

LOPEZ, F. Repertórios sobre as Razões da Desigualdade no Brasil. In: **Boletim de Análise Político-Institucional nº 23, junho 2020**. Disponível em: Acesso em: 05 out. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica. Arte & Ensaios**, n. 32, 2016. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.files.wordpress.com/2018/03/necropolicc81tica-achille-m-ensaio.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

MELO, P. V. **Por que não se fala em Manoel Bomfim?** 2019. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/cultura/55476/por-que-nao-se-fala-em-manoel-bomfim>. Acesso em: 16 out. 2020.

NASCIMENTO, L. **Pedagogoesia: Sociedade é construção e o racismo é o cimento.** 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7dnEZMwUI7I>. Acesso em: 05 out 2020.

ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Rev. Bras. Psiquiatr.** São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 dez. 2019.

PARASITA. Direção de Bong Joon-Ho. Música: Jeong Jae-Il. Seul: Barunson E&a Corp, 2019. (132 min.), color.

REIS, J. J. Presença negra: conflitos e encontros. In: **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em 12 nov. 2020.

REFAZENDA. Gilberto Gil. 1975. Direção de produção: Mazola. Rio de Janeiro: Philip Records. 1 disco sonoro (37 min 28 s).

REFAVELA. Gilberto Gil. 1977. Direção de produção: Roberto Sant'Ana. Rio de Janeiro: Philip Records. 1 disco sonoro (37 min 44 s).

SANTOS, D. S.; CAIRO, L. R.V. O pensamento intelectual de Manoel Bomfim, em A América Latina: males de origem. **Antares**, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/410/350>. Acesso em: 16 out. 2020.

SANTOS, I. P. S. "Parasitismo e degeneração" na América Latina: os conceitos biologizantes de Manoel Bomfim. 2019. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE**, n. 49, p. 73-84, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rhgs/article/view/11920>. Acesso em: 16 out. 2020.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p. **Revista Eletrônica de Educação.** São Carlos, SP, v.6, n. 1, p.383-387, 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 05 out. 2020.



SOUZA, A. I. N. **Orwell feat. Criolo: Diálogos sobre a exclusão social**. 2019. Disponível em:
https://www.academia.edu/42346242/ORWELL_FEAT_CRIOLO_DI%C3%81LOGOS_SOBR_E_A_EXCLUS%C3%83O_SOCIAL. Acesso em: 08 out. 2020.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STEVANIM, L. F. Democracia inacabada. In: **RADIS**, n. 205, 2019.

VEIGA, E. **Hymno Constitucional Brasileirice [Manuscrito]** 1822. Biblioteca Nacional (Brasil) Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html> acesso em: 30 set. 2020

VENANCIO, A. T. A. Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas de Juliano Moreira. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 283-305, 2004. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312004000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2020.